



340

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0190145-3

APELANTE(S): Jerônimo de Melo Teixeira e Outros

APELADO: Município do Jaboatão dos Guararapes

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. 1. Rejeitou-se a arguição de ser a sentença *extra petita*, posto haver apreciado a lide tal como posta. 2. Afastou-se, de igual modo, a arguição de cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide, de vez que os próprios autores/apelantes pugnaram pelo julgamento do feito às fls. 148. 3. O pleito dos apelantes consiste em que seus vencimentos-base sejam calculados tomando por parâmetro o último salário-base recebido sob a égide celetista, valor esse que sustentam corresponderia a dois salários mínimos, montante sobre o qual deveria incidir todos os "*aumentos aplicados em alíquotas comuns a todos os servidores municipais do Réu*". 4. Nesse sentido, aduzem que não pretendem continuar recebendo vencimento vinculado ao salário mínimo, tampouco a seus múltiplos, mas apenas reparar a redução salarial sofrida quando da passagem ao regime estatutário, posto que passaram a receber o vencimento-base de apenas um salário mínimo. 5. A jurisprudência pátria há muito assentou inexistir direito adquirido de servidor público a regime jurídico, inclusive quando da transposição do regime jurídico celetista para o estatutário, inexistindo direito às vantagens do regime anterior, desde que garantida a irredutibilidade do valor nominal dos vencimentos. 6. Nesse cenário, o *fundamento determinante* da solução da questão em exame é a *inexistência de direito adquirido à manutenção de regime de composição remuneratória*, desde que preservada a irredutibilidade do valor nominal global recebido mês a mês, na linha de entendimento firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 7. No presente contexto processual, desde a edição da Lei Complementar nº 01/93, ocasião em que o regime jurídico da guarda municipal passou de celetista para *estatutário*, as respectivas remunerações passaram a ser disciplinadas *pela lei*, muito embora *assegurada a irredutibilidade da remuneração recebida*. 8. O Supremo Tribunal Federal assentou que a irredutibilidade constitucionalmente assegurada refere-se ao montante global dos vencimentos e não às vantagens que integram o valor total. (ARE 798336 ED). 9. No presente contexto processual, não restou demonstrada a alegada ocorrência de redução de vencimentos, de modo contrário, a documentação carreada demonstra que houve aumento dos vencimentos dos apelantes. 10. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0190145-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0190145-3

APELANTE(S): Jerônimo de Melo Teixeira e Outros

APELADO: Município do Jaboatão dos Guararapes

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Jaboatão dos Guararapes, que julgou improcedente o pedido formulado nos autos da ação nº 222.2005.007597-5 (fls. 266/275), ao entendimento de inexistência de direito adquirido a regime jurídico e, bem assim, por ser constitucionalmente vedada a vinculação de vencimentos a múltiplos do salário mínimo.

Os apelantes formularam as seguintes **razões** de recorrer (fls. 293/306): (i) nulidade da sentença por haver proferido julgamento *extra petita* e por cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide; (ii) a documentação carreada aos autos comprova a transmutação do vínculo do autor Jobson Alam Freire de celetista para estatutário; (iii) do mesmo modo os documentos carreados aos autos demonstram que os autores Jerônimo de Melo Teixeira e José Mario Joaquim de Amorim, inicialmente contratados pelo regime celetista, respectivamente nos anos de 1980 e 1981, tiveram seus vínculos transmutados para estatutário, por força da Lei Complementar Municipal nº 001/1993; (iv) o direito dos guardas municipais ao recebimento de dois salários mínimos encontra-se previsto na Lei Orgânica; (v) não pleiteiam o recebimento de vencimento vinculado ao salário mínimo, mas que seus vencimentos-base correspondam aos dois salários mínimos vigentes na época da transmutação de seus vínculos, valor que deveria ter sido congelado e a partir de então ser reajustado com a aplicação '*das alíquotas devidas*', sob pena de redução de seus vencimentos; (vi) possuem direito adquirido e, logo, imprescritível; (viii) pleiteiam que seus vencimentos-base sejam *no montante de R\$ 718,83 (setecentos e dezoito reais e oitenta e três centavos), a partir da transmutação do regime celetista para estatutário. Que a partir de então, não mais ficasse vinculado ao salário mínimo seus vencimentos, mas submetidos aos aumentos aplicados em alíquotas comuns a todos os servidores municipais do Réu.*

O Município ofereceu as **contra-razões** de fls. 312/324, sustentando, no mérito, que: (i) os apelantes, inicialmente contratados pelo regime celetista, passaram ao regime estatutário com base nas regras da LCE nº 01/1993, sendo impossível trazer para esse novo regime as regras do regime anterior; (ii) é impossível vincular remuneração ao salário mínimo, nos termos do art. 7º, IV, da Constituição Federal.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 2 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0190145-3

APELANTE(S): Jerônimo de Melo Teixeira e Outros

APELADO: Município do Jaboatão dos Guararapes

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registro, inicialmente, que a sentença apelada decidiu a lide ao entendimento de inexistência de direito adquirido de servidor público a regime jurídico, e, bem assim, ante a vedação de vinculação de remuneração ao salário mínimo desde a promulgação da Constituição Federal.

Nesse contexto, rejeito a arguição de ser a sentença *extra petita*, posto haver apreciado a lide tal como posta.

Afasto, de igual modo, o argumento de cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide, de vez que os próprios autores/apelantes pugnaram pelo julgamento da lide às fls. 148:

Tendo em vista os documentos corroborarem para a tese da exordial, posto que, a parte Ré confessa ser devida a aplicação das correções, fazendo juntada inclusive de algumas correções devidas, passa a parte Autora a REQUERER que seja, julgada a presente ação, nos termos da peça vestibular.

Em análise meritória, verifico que os apelantes são guardas municipais do Jaboatão dos Guararapes. Alguns ingressaram no serviço público já como estatutários, nomeados em 1995 e 1997; outros, inicialmente celetistas, tiveram seu regime jurídico transmutado para estatutário, por força da Lei Complementar Municipal nº 001/1993, que instituiu o regime jurídico único no âmbito do Município.

Asseveram os apelantes que os integrantes da Guarda Municipal, em seu regime celetista original, faziam jus ao salário-base correspondente dois salários mínimos, por força do art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município, dispositivo esse revogado pela Emenda nº 15/2002 (fls. 261).

Observe que o dispositivo original não foi colacionado aos autos.

Pois bem.

O pleito dos apelantes consiste em que seus vencimentos-base sejam calculados tomando por parâmetro o último salário-base recebido sob a égide celetista, valor esse que sustentam corresponderia a dois salários mínimos, montante sobre o qual deveria incidir todos os *aumentos aplicados em alíquotas comuns a todos os servidores municipais do Réu* (fls. 304).

Argumentam que dito pleito encontra-se acobertado pelo manto do direito adquirido.



342
EW

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse sentido, aduzem que não pretendem continuar recebendo vencimento vinculado ao salário mínimo, tampouco a seus múltiplos, mas apenas reparar a redução salarial sofrida quando da passagem ao regime estatutário, posto que passaram a receber o vencimento-base de apenas um salário mínimo.

A jurisprudência pátria há muito assentou inexistir direito adquirido de servidor público a regime jurídico, inclusive quando da transposição do regime jurídico celetista para o estatutário, inexistindo direito às vantagens do regime anterior, desde que garantida a irredutibilidade do valor nominal dos vencimentos.

Colaciono, no ponto, o seguinte aresto do Supremo Tribunal Federal:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. **Transposição do regime celetista para o estatutário.** 3. **Ausência de direito adquirido às vantagens do regime anterior.** 4. Alegação de redução de vencimentos. Necessidade de reexame dos fatos e provas dos autos. Impossibilidade. Enunciado 279 da Súmula desta Corte. 5. Inexistência de argumentos suficientes para infirmar a decisão recorrida. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 729.977 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 29/11/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO, DJe-026, de 07-02-2012). Destaquei.

EMENTA: - Mandado de segurança, contra ato imputado ao Presidente do Tribunal de Contas da União. Ato administrativo que determinou a suspensão de pagamento de horas extras incorporadas ao salários dos impetrantes, por decisão do TCU. 2. Entendimento assente no Tribunal de Contas deflui da aplicação de preceitos atinentes à limitação que as normas administrativas impõem à incidência da legislação trabalhista sobre os servidores públicos regidos pela CLT, à época em que tal situação podia configurar-se. 3. **Entendimento no sentido de que não é possível a coexistência das vantagens dos dois regimes funcionais. Ao ensejo da transferência do impetrante para o sistema estatutário, ut Lei n.º 8.112/90, há de ter o regime próprio desta Lei, ressalvada, tão-só, a irredutibilidade dos salários.** 4. Mandado de segurança indeferido. (MS 22.455, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 22/04/2002, DJ de 07-06-2002). Destaquei.

Nesse cenário, cuido que o *fundamento determinante* da solução da questão em exame é a *inexistência de direito adquirido à manutenção de regime de composição remuneratória*, desde que preservada a irredutibilidade do valor nominal global recebido mês a mês, na linha de entendimento firmada pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive em sede de *repercussão geral*:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INSTITUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO NA FORMA DE SUBSÍDIO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO E A FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRESERVAÇÃO DO VALOR NOMINAL. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO RE N. 563.965. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. 1. O regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decurso de caráter pecuniário, não viola o direito adquirido (Precedentes: RE n. 597.838-AgR, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe de 24.2.11; RE n. 601.985-AgR, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe de



343
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1.10.10; RE n. 375.936-AgR, Relator o Ministro Carlos Britto, 1ª Turma, DJ de 25.8.06; RE n. 550.650-AgR, Relator o Ministro Eros Grau, 2ª Turma, DJe de 27.6.08, entre outros). 2. A repercussão geral do tema, reconhecida no julgamento do RE n. 563.965-RG/RN, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, confirmou a jurisprudência desta Corte no sentido de que não há direito adquirido à forma de cálculo de remuneração, enfatizando, ainda, a legitimidade de lei superveniente que, sem causar decesso remuneratório, desvincule o cálculo da vantagem incorporada dos vencimentos do cargo em comissão ou função de confiança outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE 643.289 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 22/11/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO, DJe-027, de 08-02-2012). Destaquei.

A meu sentir, portanto, *desde a edição da Lei Complementar nº 01/93*, ocasião em que o regime jurídico da guarda municipal passou de celetista para *estatutário*, as respectivas remunerações passaram a ser disciplinadas *pela lei*, muito embora *assegurada a irredutibilidade da remuneração recebida*.

Observe, ademais, que o Supremo Tribunal Federal assentou que a irredutibilidade constitucionalmente assegurada refere-se ao montante global dos vencimentos e não às vantagens que integram o valor total:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO – SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES – INATIVOS E PENSIONISTAS – ADICIONAL DE INATIVIDADE – SUPRESSÃO – INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO – DIREITO ADQUIRIDO – INEXISTÊNCIA – REMUNERAÇÃO – PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL – AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS – RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes. (ARE 798336 ED, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 08/04/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 28-04-2014 PUBLIC 29-04-2014). Destaquei.

Analisando a documentação carreada aos autos, verifico não haver restado demonstrada a ocorrência de redução vencimental, ressaltando, inclusive, que os extratos de pagamentos colacionados demonstram que o salário base recebido durante o regime celetista era inferior a dois salários mínimos.

Verifico, no ponto, que os demonstrativos de pagamento do apelante Jerônimo de Melo Teixeira (fls. 20) noticiam que o mesmo recebeu no mês de junho/1993 o salário-base de Cr\$ 4.260.660,00, período em que vigia o salário mínimo de Cr\$ 3.303.300,00.



343
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

No mesmo período, qual seja, **junho/1993**, o total de vantagens percebidas pelo servidor correspondia a **Cr\$ 10.616.143,92** e no mês de **novembro/1993**, ou seja mês imediatamente posterior à transposição para o regime estatutário, o montante total de suas vantagens corresponderam a **CR\$ 36.059,50**, ou seja, valor superior ao triplo da remuneração recebida em junho/1993, considerando que no mês de agosto/1993 houve a instituição do Plano Cruzeiro Real, onde **um Cruzeiro Real** equivalia a **um mil cruzeiros**.

No presente contexto processual, em que não restou demonstrada a alegada ocorrência de redução vencimental, **nego provimento** à apelação cível.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator